

**EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS  
IMPOSTOS ARRECADADOS NOS MUNICÍPIOS  
FRENTE AO CONJUNTO DE IMPOSTOS NO BRASIL  
NO PERÍODO ENTRE 2010 E 2021**

*François E. J. de Bremaeker*

Maricá – fevereiro de 2024

**EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS  
IMPOSTOS ARRECADADOS NOS MUNICÍPIOS  
FRENTE AO CONJUNTO DE IMPOSTOS NO BRASIL  
NO PERÍODO ENTRE 2010 E 2021**

**François E. J. de Bremaeker**

Economista e Geógrafo.

Gestor do Observatório de Informações Municipais

Membro do Núcleo de Estudos Urbanos da Associação Comercial de São Paulo

Presidente do Conselho Municipal do Ambiente de Paraíba do Sul (RJ) de 2012 a 2019

(bremaeker@gmail.com)

A partir dos dados de levantamento do Produto Interno Bruto disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2010 e 2021, verifica-se no presente estudo a evolução da participação da arrecadação de impostos dos Municípios em relação ao conjunto de impostos arrecadados pelas três esferas de governo.

Para a finalidade do estudo os Municípios foram classificados segundo as regiões e os grupos de habitantes.

Para uma exata comparação dos dados, os Municípios foram agregados nos grupos de habitantes segundo o levantamento censitário da população em 2022. Utilizando os dados censitários de 2022 os mesmos corrigem as distorções da estimativa de população para 2021 e colocam nas mesmas faixas os dados censitários de 2010.

As comparações serão efetuadas considerando o número de Municípios em cada grupo de população (referenciado ao censo de 2022); a evolução da população; a evolução dos impostos arrecadados nos Municípios e pelas demais esferas de governo (União e Estados), sendo que, com base nos arquivos FINBRA da Secretaria do Tesouro Nacional, serão desmembrados os dados de arrecadação dos impostos para avaliar a evolução dos impostos municipais e o total daqueles arrecadados em conjunto pela União e pelos Estados.

Não estão sendo considerados os dados do Distrito Federal, por não ser representante fiel de um Município.

## O quadro geral para o país

Considerando o montante de impostos arrecadados pelas três esferas de governo, o valor total em 2010 foi de R\$ 560.454.125.000. A participação dos Municípios foi de 10,280% (R\$ 57.616.456.664).

Em 2021 o montante de impostos arrecadados pelas três esferas de governo, atingiu o valor total em 2021 de R\$ 1.268.227.597.000. A participação dos Municípios foi de 15,243% (R\$ 193.320.109.498).

No período entre 2010 e 2021 o Produto Interno Bruto do país cresceu 2,332 vezes em valores correntes; a arrecadação de impostos pelas três esferas de governo cresceu 2,263 vezes; enquanto a arrecadação municipal apresentou um crescimento de 3,355 vezes.

## Número de Municípios

A distribuição dos Municípios segundo a população levantada pelo Censo de 2022 mostra que 32,202% deles se encontra na região Nordeste. Em segundo lugar aparece a região Sudeste (29,957%), seguida pela região Sul (14,552%). Com menores participações se encontram as regiões Centro-oeste (8,369%) e Norte (8,082%).

A distribuição dos Municípios segundo os grupos de habitantes apresenta maior concentração de casos naqueles com população entre 10 mil e 20 mil habitantes (24,533%), seguidos pelos grupos com população entre 2 mil e 5 mil habitantes (21,480%) e de 5 mil a 10 mil habitantes (21,013%). O grupo de população entre 20 mil e 50 mil habitantes concentra 18,912% dos casos. Com participações declinantes estão os grupos com população entre 50 mil e 100 mil habitantes (6,070%), de 100 mil a 200 mil habitantes (2,999%), o de até 2 mil habitantes (2,281%) e o de 200 mil a 500 mil habitantes (1,994%). Com participações mais modestas estão os grupos de habitantes entre 500 mil e 1 milhão de habitantes (0,467%), o de 1 milhão a 5 milhões de habitantes (0,215%) e aquele com população acima de 5 milhões de habitantes (0,036%).

TABELA 1

**DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS  
PELAS REGIÕES E OS GRUPOS DE HABITANTES  
SEGUNDO A POPULAÇÃO DO CENSO DE 2022**

GRUPOS DE HABITANTES (por mil)	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
TOTAL	5.568	450	1.793	1.668	1.191	466
Até 2	127	13	7	37	60	10
2  —5	1.196	79	240	360	381	136
5  -- 10	1.170	66	372	374	262	96
10  -- 20	1.366	110	582	356	217	101
020  -- 50	1.053	111	417	284	161	80
50  -- 100	338	45	111	108	55	19
100  -- 200	167	15	34	76	29	13
200  -- 500	111	9	19	55	21	7
500  -- 1000	26	-	7	13	3	3
1000  -- 5000	12	2	4	3	2	1
5000 e mais	2	-	-	2	-	-

FONTE: IBGE. Censo Demográfico - 2022

ORGANIZAÇÃO FINAL DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker

## A população

No período entre 2010 e 2022 a população brasileira apresentou um crescimento da ordem de 6,418%.

A região que apresentou maior crescimento foi a Centro-oeste: 17,278%. Em segundo lugar estão praticamente empatadas as regiões Sul (9,322%) e Norte (9,287%). Abaixo da média nacional estão as regiões Sudeste (5,583%) e Nordeste, com 2,976%.

A região que concentra maior efetivo demográfico é a Sudeste. Ela detinha 42,700% da população em 2010 e 42,365% em 2022, registrando uma perda de 0,335 pontos percentuais no período. Ela possui 29,957% do total de Municípios.

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Em segundo lugar aparece a região Nordeste. Em 2010 detinha 28,205% da população e em 2022 eram 27,293%, registrando uma perda na participação nacional de 0,912%. Ela detém 32,202% do total de Municípios.

A região Sul concentrava 14,522% da população em 2010 e aumentou sua participação em 2022 para 14,949%, registrando um ganho da ordem de 0,397 pontos percentuais. Ela detém 14,552% dos Municípios do país.

A região Norte detinha 8,082% da população do país em 2010 e aumentou sua participação para 8,666% em 2022, registrando um ganho na participação de 0,227 pontos percentuais. Esta região detém 8,082% do total de Municípios.

Quanto à região Centro-oeste (sem contar com o Distrito Federal), concentrava 6,104% da população em 2010. Em 2022 a participação foi de 6,727%, registrando um crescimento de 0,623 pontos percentuais, o mais elevado entre as regiões. A região detém 8,369% do total de Municípios.

TABELA 2

**DISTRIBUIÇÃO DAS POPULAÇÃO EM 2010  
PELAS REGIÕES E OS GRUPOS DE HABITANTES  
SEGUNDO A POPULAÇÃO DO CENSO DE 2022**

GRUPOS DE HABITANTES (por mil)	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
TOTAL	188.184.897	15.880.841	53.078.137	80.353.723	27.384.818	11.487.378
Até 2	220.504	22.249	11.003	61.969	109.569	15.714
2  —5	4.330.332	293.444	919.333	1.318.080	1.308.596	490.879
5  -- 10	8.328.695	497.566	2.737.167	2.596.578	1.830.288	667.0963
10  -- 20	18.934.935	1.551.678	8.434.564	4.820.373	2.828.376	1.299.944
20  -- 50	30.205.532	3.147.363	12.228.078	8.226.835	4.471.696	2.131.560
50  -- 100	21.188.243	2.657.650	7.060.903	6.992.977	3.412.155	1.064.558
100  -- 200	19.843.409	1.689.590	4.141.538	9.341.673	3.439.074	1.231.534
200  -- 500	30.571.471	2.826.744	4.825.894	16.043.790	5.385.131	1.489.912
500  -- 1000	16.989.395	-	5.046.764	8.705.244	1.443.098	1.794.289
1000  -- 5000	20.004.977	3.194.557	7.672.893	4.678.800	3.156.835	1.301.892
5000 e mais	17.567.404	-	-	17.567.404	-	-

FONTE: IBGE. Censo Demográfico – 2022.

Observação: Não incluídos Fernando de Noronha e Distrito Federal.

ORGANIZAÇÃO FINAL DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker

Em relação aos grupos de habitantes os maiores índices de crescimento se encontram naqueles com população entre 100 mil e 200 mil habitantes (13,172%) e entre 200 mil e 500 mil habitantes (12,268%). Resultados ainda acima da média nacional são encontrados nos grupos com população entre 50 mil e 100 mil habitantes (10,803%) e entre 500 mil e 1 milhão de habitantes (8,030%). Um pouco abaixo da média nacional está o grupo com população entre 20 mil e 50 mil habitantes (5,808%).

Apresentando crescimentos muito baixos estão os grupos com população entre 10 mil e 20 mil habitantes (1,510%); entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes (1,277%); acima de 5 milhões de habitantes (0,545%); e entre 5 mil e 10 mil habitantes, com 0,088%.

Os dois grupos de menor população apresentaram redução no número de habitantes: menos 2,353% para os Municípios com população entre 2 mil e 5 mil habitantes; e menos 4,043% para aqueles com população até 2 mil habitantes.

Acompanhando a lógica, os 4 grupos de população com maior crescimento demográfico são os que apresentam maiores ganhos na participação frente a população do país.

O grupo com população entre 200 mil e 500 mil habitantes é o que apresentou maior ganho de participação: 0,892 ponto percentual. Com apenas 1,994% do total de Municípios do país, concentrava 16,246% da população em 2010 e 17,138% em 2022.

O grupo de população entre 100 mil e 200 mil habitantes está em segundo lugar no ganho de participação: 0,669 ponto percentual. Com 2,999% do total de Municípios, concentrava 10,545% da população em 2010 e 11,214% em 2022.

O grupo de população entre 50 mil e 100 mil habitantes está em terceiro lugar no ganho de participação: 0,464 ponto percentual. Com 6,070% do total de Municípios, concentrava 11,259% da população em 2010 e 11,723% em 2022.

O grupo de população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes está em quarto lugar no ganho de participação: 0,137 ponto percentual. Com 0,467% do total de Municípios, concentrava 9,028% da população em 2010 e 9,165% em 2022.

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

Todos os demais grupos de população apresentaram perdas de participação no período: até 50 mil habitantes e acima de 1 milhão de habitantes. As perdas mais severas ocorreram nos Municípios com população acima de 5 milhões de habitantes (0,515 ponto percentual) e naqueles com população entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes (0,628 ponto percentual).

**TABELA 3**

**DISTRIBUIÇÃO DAS POPULAÇÃO EM 2021  
PELAS REGIÕES E OS GRUPOS DE HABITANTES  
SEGUNDO A POPULAÇÃO DO CENSO DE 2022**

GRUPOS DE HABITANTES (por mil)	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
TOTAL	200.263.348	17.355.778	54.657.594	84.8940.113	29.937.706	13.472.157
Até 2	211.935	22.043	12.081	60.217	101.873	15.721
2  — 5	4.230.794	283.406	897.262	1.296.942	1.280.808	472.376
5  -- 10	8.336.031	477.704	2.677.926	2.631.004	1.846.684	702.713
10  -- 20	19.220.815	1.613.096	8.267.666	4.939.756	3.003.7989	1.396.498
20  -- 50	31.959.971	3.339.229	12.472.087	8.692.270	5.005.899	2.450.486
50  -- 100	23.477.248	3.006.829	7.593.283	7.676.267	3.823.710	1.377.159
100  -- 200	22.457.118	1.916.989	4.550.481	10.335.307	3.959.019	1.695.322
200  -- 500	34.322.045	3.329.390	5.541.213	17.503.841	6.099.858	1.847.743
500  -- 1000	18.353.689	-	5.272.514	9.294.909	1.709.493	2.076.773
1000  -- 5000	20.030.480	3.367.092	7.373.081	4.746.378	3.106.563	1.437.366
5000 e mais	17.663.222	-	-	17.663.222	-	-

FONTE: IBGE. Censo Demográfico – 2022.

Observação: Não incluídos Fernando de Noronha e Distrito Federal.

ORGANIZAÇÃO FINAL DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker

### **A arrecadação de impostos pelas três esferas de governo**

Os valores em Reais dos impostos da União, dos Estados e dos Municípios (não considerados Fernando de Noronha e o Distrito Federal) alcançaram as cifras de R\$ 560.454.125.000,00 em 2010 e de R\$ 1.268.227.597.000,00 em 2021.

Como não faz sentido comparar os valores absolutos, vamos fazê-lo com base em valores relativos.

A participação dos impostos sobre o Produto Interno Bruto em 2010 era de 14,979%. Em 2021 esta participação caiu para 14,535%. Uma redução de 0,444 ponto percentual.

Em relação às regiões, o Nordeste (0,704 ponto percentual) e o Sul (0,424 p.p.) apresentaram aumento na participação dos impostos entre 2010 e 2021. As demais regiões registraram redução na participação: Centro-oeste (-1,433 p.p.), Sudeste (-0,846 p.p.) e Norte (-0,534 p.p.).

A região Sudeste concentrava 63,296% dos impostos arrecadados pelas três esferas de governo do país em 2010. A participação em 2021 foi de 58,118%. Verifica-se uma redução na participação da região da ordem de 5,178 pontos percentuais.

A região Sul concentrava 16,234% dos impostos arrecadados em 2010. A participação em 2021 foi de 18,577%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 2,343 pontos percentuais.

A região Nordeste concentrava 11,493% dos impostos arrecadados em 2010. A participação em 2021 foi de 12,767%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 1,274 ponto percentual.

A região Centro-oeste concentrava 4,661% dos impostos arrecadados em 2010. A participação em 2021 foi de 5,581%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 0,920 ponto percentual.

A região Norte concentrava 4,316% dos impostos arrecadados em 2010. A participação em 2021 foi de 4,957%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 0,641 ponto percentual.

# OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

TABELA 4

**DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS ARRECADADOS EM 2010 PELAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO, DISTRIBUÍDOS PELAS REGIÕES E OS GRUPOS DE HABITANTES SEGUNDO A POPULAÇÃO DO CENSO DE 2022**

(R\$ 1.000.000)

GRUPOS DE HABITANTES (por mil)	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
TOTAL	560.454	24.188	64.413	354.743	90.984	26.126
Até 2	124	9	2	28	72	12
2  — 5	2.685	145	211	663	1.236	730
5  -- 10	5.629	229	656	1.945	1.936	812
10  -- 20	12.661	590	2.048	4.649	3.786	1.587
20  -- 50	36.285	1.156	6.231	15.094	10.295	3.510
50  -- 100	43.352	2.100	7.662	22.363	9.492	1.736
100  -- 200	55.169	1.877	5.425	31.354	12.970	3.543
200  -- 500	121.429	5.141	10.924	74.347	25.575	5.441
500  -- 1000	71.678	-	10.575	48.832	7.136	5.135
1000  -- 5000	78.647	12.941	20.677	22.625	18.486	3.919
5000 e mais	132.794	-	-	132.794	-	-

FONTE: IBGE. Produto Interno Bruto - 2010.

Observações: Não incluídos Fernando de Noronha e Distrito Federal.

Em razão dos arredondamentos não necessariamente a soma das parcelas é igual ao total

ORGANIZAÇÃO FINAL DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker

O grupo de população com a maior concentração na arrecadação dos impostos do país em 2010 era o de mais de 5 milhões de habitantes (23,695%). A participação em 2021 foi de 19,516%. Verifica-se uma redução na participação da região da ordem de 4,179 pontos percentuais.

O grupo de população entre 200 mil e 500 mil habitantes apresentava a segunda maior concentração na arrecadação dos impostos do país em 2010 (21,667%). A participação em 2021 foi de 21,783%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 0,116 ponto percentual.

O grupo de população com a terceira maior concentração na arrecadação dos impostos do país em 2010 era o de 1 milhão a 5 milhões de habitantes (14,033%). A participação em 2021 foi de 11,600%. Verifica-se uma redução na participação da região da ordem de 2,433 pontos percentuais.

O grupo de população com a quarta maior concentração na arrecadação dos impostos do país em 2010 era o de 500 mil a 1 milhão de habitantes (12,789%). A participação em 2021 foi de 11,825%. Verifica-se uma redução na participação da região da ordem de 0,964 ponto percentual.

Verifica-se pois, que o conjunto dos Municípios com população acima de 500 mil habitantes apresentaram redução na participação da arrecadação de impostos da ordem de 7,576 pontos percentuais.

O grupo de população com a quinta maior concentração na arrecadação dos impostos do país em 2010 era o de 100 mil a 200 mil habitantes (9,843%). A participação em 2021 foi de 10,555%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 0,712 ponto percentual.

O grupo de população com a sexta maior concentração na arrecadação dos impostos do país em 2010 era o de 50 mil a 100 mil habitantes (7,735%). A participação em 2021 foi de 10,405%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 2,670 pontos percentuais.

O grupo de população com a sétima maior concentração na arrecadação dos impostos do país em 2010 era o de 20 mil a 50 mil habitantes (6,474%). A participação em 2021 foi de 8,817%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 2,343 pontos percentuais.

O grupo de população com a oitava maior concentração na arrecadação dos impostos do país em 2010 era o de 10 mil a 20 mil habitantes (2,259%). A participação em 2021 foi de 3,237%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 0,978 ponto percentual.

O grupo de população com a nona maior concentração na arrecadação dos impostos do país em 2010 era o de 5 mil a 10 mil habitantes (1,004%). A participação em 2021 foi de 1,517%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 0,513 ponto percentual.

O grupo de população com a décima maior concentração na arrecadação dos impostos do país em 2010 era o de 2 mil a 5 mil habitantes (0,479%). A participação em 2021 foi de 0,713%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 0,234 ponto percentual.

# OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

O grupo de população com a décima primeira maior concentração na arrecadação dos impostos do país em 2010 era o de até 2 mil habitantes (0,022%). A participação em 2021 foi de 0,032%. Verifica-se um crescimento na participação da região da ordem de 0,010 ponto percentual.

TABELA 5

## DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS ARRECADADOS EM 2021 PELAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO, DISTRIBUÍDOS PELAS REGIÕES E OS GRUPOS DE HABITANTES SEGUNDO A POPULAÇÃO DO CENSO DE 2022

(R\$ 1.000.000)

GRUPOS DE HABITANTES (por mil)	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
TOTAL	1.268.228	62.868	161.921	737.060	235.599	70.780
Até 2	408	31	6	79	265	27
2  —5	9.044	491	732	2.304	4.312	1.205
5  -- 10	19.247	729	2.071	6.524	6.893	3.030
10  -- 20	41.056	2.085	6.628	13.817	13.192	5.334
20  -- 50	111.814	4.061	19.810	42.046	33.756	12.141
50  -- 100	131.959	7.485	25.460	63.759	29.275	5.979
100  -- 200	133.857	7.016	15.403	70.770	30.638	10.030
200  -- 500	276.250	13.609	30.099	152.254	68.822	11.466
500  -- 1000	149.968	-	22.855	96.067	18.187	12.858
1000  -- 5000	147.117	27.359	38.857	41.931	30.260	8.709
5000 e mais	247.508	-	-	247.508	-	-

FONTE: IBGE. Produto Interno Bruto - 2021.

Observações: Não incluídos Fernando de Noronha e Distrito Federal.

Em razão dos arredondamentos não necessariamente a soma das parcelas é igual ao total

ORGANIZAÇÃO FINAL DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker

## A participação dos impostos municipais

A partir da expansão das amostras dos arquivos Finbra da Secretaria do Tesouro Nacional para os anos de 2010 e 2021, é possível estabelecer uma aproximação da participação dos impostos municipais frente ao conjunto de impostos arrecadados pelas três esferas de governo.

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

A arrecadação de impostos pelos Municípios em 2010 atingiu a cifra de R\$ 57.616.456.664, correspondendo a 10,280% da arrecadação de impostos realizada pelas três esferas de governo.

A arrecadação de impostos pelos Municípios em 2021 atingiu a cifra de R\$ 193.320.109.498, correspondendo a 15,243% da arrecadação de impostos realizada pelas três esferas de governo.

No período entre 2010 e 2021 a participação municipal na arrecadação de impostos evoluiu 4,963 pontos percentuais.

A região Sudeste é a que apresentava a maior participação em 2010 (67,098%). Esta participação reduziu em 2021 para 63,808%, representando uma perda da ordem de 3,290 pontos percentuais.

A região Sul é a que apresentava a segunda maior participação em 2010 (12,896%). Esta participação se elevou em 2021 para 15,051%, representando um ganho da ordem de 2,155 pontos percentuais.

A região Nordeste é a que apresentava a terceira maior participação em 2010 (11,586%). Esta participação se elevou em 2021 para 11,626%, representando um ganho da ordem de 0,040 ponto percentual.

A região Centro-oeste é a que apresentava a quarta maior participação em 2010 (4,732%). Esta participação se elevou em 2021 para 5,831%, representando um ganho da ordem de 1,099 ponto percentual.

A região Norte é a que apresentava a quinta maior participação em 2010 (3,688%). Esta participação caiu em 2021 para 3,684%, representando uma perda da ordem de 0,004 ponto percentual.

# OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

TABELA 6

**DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS ARRECADADOS EM 2010 PELAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO, DISTRIBUÍDOS PELAS REGIÕES E OS GRUPOS DE HABITANTES SEGUNDO A POPULAÇÃO DO CENSO DE 2022**

(R\$ 1.000.000)

GRUPOS DE HABITANTES (por mil)	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
TOTAL	57.616	2.125	6.675	38.660	7.430	2.726
Até 2	28	5	1	7	13	2
2  —5	431	51	40	150	121	70
5  -- 10	685	41	107	269	173	94
10  -- 20	1.624	92	457	554	349	172
20  -- 50	3.403	192	772	1.312	783	344
50  -- 100	3.498	228	545	1.848	679	199
100  -- 200	4.647	120	286	3.177	844	221
200  -- 500	9.883	600	689	6.733	1.577	284
500  -- 1000	5.881	-	1.161	3.364	715	640
1000  -- 5000	9.178	796	2.618	2.888	2.176	699
5000 e mais	18.359	-	-	18.359	-	-

FONTE: IBGE. Produto Interno Bruto - 2010.

Observações: Não incluídos Fernando de Noronha e Distrito Federal.

Em razão dos arredondamentos não necessariamente a soma das parcelas é igual ao total

ORGANIZAÇÃO FINAL DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker

O grupo com população acima de 5 milhões de habitantes é o que apresentava a maior participação em 2010 (31,864%). Esta participação reduziu em 2021 para 29,436%, representando uma perda da ordem de 2,428 pontos percentuais.

O grupo com população entre 200 mil e 500 mil habitantes é o que apresentava a segunda maior participação em 2010 (17,154%). Esta participação se elevou em 2021 para 17,683%, representando um ganho da ordem de 0,529 ponto percentual.

O grupo com população entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes é o que apresentava a terceira maior participação em 2010 (15,929%). Esta participação caiu em 2021 para 14,621%, representando uma perda da ordem de 1,308 ponto percentual.

O grupo com população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes é o que apresentava a quarta maior participação em 2010 (10,206%). Esta participação se elevou em 2021 para 17,506%, representando um ganho da ordem de 0,300 ponto percentual.

O grupo com população entre 100 mil e 200 mil habitantes é o que apresentava a quinta maior participação em 2010 (8,065%). Esta participação se elevou em 2021 para 8,732%, representando um ganho da ordem de 0,667 ponto percentual.

O grupo com população entre 50 mil e 100 mil habitantes é o que apresentava a sexta maior participação em 2010 (6,072%). Esta participação se elevou em 2021 para 7,306%, representando um ganho da ordem de 1,234 ponto percentual.

O grupo com população entre 20 mil e 50 mil habitantes é o que apresentava a sétima maior participação em 2010 (5,906%). Esta participação se elevou em 2021 para 6,665%, representando um ganho da ordem de 0,759 ponto percentual.

O grupo com população entre 10 mil e 20 mil habitantes é o que apresentava a oitava maior participação em 2010 (2,819%). Esta participação se elevou em 2021 para 2,995%, representando um ganho da ordem de 0,106 ponto percentual.

O grupo com população entre 5 mil e 10 mil habitantes é o que apresentava a nona maior participação em 2010 (1,188%). Esta participação se elevou em 2021 para 1,355%, representando um ganho da ordem de 0,167 ponto percentual.

O grupo com população entre 2 mil e 5 mil habitantes é o que apresentava a décima maior participação em 2010 (0,748%). Esta participação caiu em 2021 para 0,727%, representando uma perda da ordem de 0,021 ponto percentual.

O grupo com população até 2 mil habitantes é o que apresentava a décima menor participação em 2010 (0,049%). Esta participação caiu em 2021 para 0,044%, representando uma perda da ordem de 0,005 ponto percentual.

# OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS ARRECADADOS EM 2021 PELAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO, DISTRIBUÍDOS PELAS REGIÕES E OS GRUPOS DE HABITANTES SEGUNDO A POPULAÇÃO DO CENSO DE 2022

(R\$ 1.000.000)

GRUPOS DE HABITANTES (por mil)	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
TOTAL	193.320	7.123	22.477	123.351	29.096	11.274
Até 2	86	6	2	21	47	10
2  —5	1.406	90	153	408	515	239
5  -- 10	2.620	119	391	932	734	444
10  -- 20	5.655	288	1.152	1.783	1.670	731
20  -- 50	12.885	563	2.300	4.654	3.818	1.550
50  -- 100	14.123	943	2.229	6.925	3.087	939
100  -- 200	16.881	716	1.537	9.910	3.518	1.200
200  -- 500	34.185	2.016	2.805	21.664	6.295	1.405
500  -- 1000	20.309	-	4.051	10.943	2.785	2.530
1000  -- 5000	28.265	2.381	7.857	9.205	6.596	2.225
5000 e mais	56.905	-	-	56.905	-	-

FONTE: IBGE. Produto Interno Bruto - 2010.

Observações: Não incluídos Fernando de Noronha e Distrito Federal.

Em razão dos arredondamentos não necessariamente a soma das parcelas é igual ao total

ORGANIZAÇÃO FINAL DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker

## Conclusão

A exemplo do que foi feito em estudo anterior, sobre a evolução do Produto Interno Bruto, a maior preocupação principalmente da parte dos Municípios de maior porte demográfico deve ser com os possíveis efeitos da reforma tributária recentemente aprovada pelo Congresso Nacional (Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023).

Estudos e simulações realizados pelo Observatório de Informações Municipais mostram uma maior vulnerabilidade por parte dos Municípios de maior porte demográfico.

Estes Municípios justamente são aqueles que apresentaram maiores perdas na participação do Produto Interno Bruto e na arrecadação dos impostos estaduais e federais, vez que da parte dos Municípios sua participação na arrecadação tributária se elevou no período entre 2010 e 2021, principalmente através da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS), que passa a incorporar a base do novo Imposto sobre Bens e Serviços que reúne os antigos ISS e ICMS.

### Referências bibliográficas

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 132**. Brasília, 2023. (meio eletrônico).

-----. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto Municipal de 2010 a 2021**. IBGE, Rio de Janeiro, 2023. (meio eletrônico).

-----..... **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, 2023. (meio eletrônico).

-----. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **FINBRA 2010**. STN, Brasília, 2011. (meio eletrônico).

-----..... **FINBRA 2021**. STN, Brasília, 2022. (meio eletrônico)

BREMAEKER, François E. J. de. **As finanças municipais em 2010**. Salvador, Associação Transparência Municipal, Observatório de Informações Municipais, 2011. 49p. (Estudo Técnico 136).

-----. **As finanças municipais em 2021**. Observatório de Informações Municipais, Maricá 2023. 15p. (Estudo Técnico 136).

-----. **Simulação dos possíveis efeitos financeiros sobre os Municípios das mudanças nas regras de repartição da transferência do ICMS segundo a Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019 para a reforma tributária**. Observatório de Informações Municipais. Maricá, 2023. 154p.

-----. **Simulação da distribuição do IBS municipal (ex-ISS) segundo o critério populacional e a diferença em relação ao valor recebido em 2021**. Observatório de Informações Municipais. Maricá, 2023. 131p

-----. **Evolução do Produto Interno Bruto e impostos arrecadados nos Municípios no período entre 2010 e 2021**. Observatório de Informações Municipais. Maricá, 2024. 18p. (Estudo Técnico 165)

## François E. J de Bremaeker

- Economista e Geógrafo
- Gestor do Observatório de Informações Municipais
- Membro do Núcleo de Estudos Urbanos do Conselho de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo
- Foi membro do Conselho Municipal do Ambiente de Paraíba do Sul (RJ), desde 2010, sendo eleito Presidente entre 2012 e 2019
- Foi assessor técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal por 38 anos, de 1971 a 2008 (aposentado)
- Foi consultor da Associação Transparência Municipal de agosto de 2008 a outubro de 2013
- Consultor da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM)
- Consultor da Associação Brasileira de Prefeituras (ABRAP)
- Consultor-palestrante da Oficina Municipal
- Sócio-Benemérito da Associação Brasileira de Câmaras Municipais, recebendo os prêmios de DESTAQUE ABRASCAM em 2002 pelo trabalho em prol dos legislativos municipais e em 2003, pelo trabalho desenvolvido em defesa do Serviço Público Municipal
- É colunista da Revista Painel de Compras Municipais
- Foi articulista da Revista Correio dos Estados e Municípios
- Foi articulista do Jornal do Interior, da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP)
- Tem artigos publicados em diversos veículos de comunicação e sítios na Internet
- Foi membro da Rede de Diálogo do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES-PR), representando a Associação Transparência Municipal
- Participou em reunião do Fórum sobre Federalismo do Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (CAF/SRI-PR)
- Foi membro do extinto Conselho de Desenvolvimento das Cidades da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (FECOMERCIO-SP) e jurado do 2º Prêmio de Sustentabilidade
- Foi Membro do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul (RJ) de 2010 a 2012, quando o Conselho foi desativado
- Foi Conselheiro-suplente do Fórum de Consórcios e do Federalismo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), representando a Associação Transparência Municipal